

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.365.345 - SP (2018/0241328-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EVILÁSIO LUSTOSA GOULART - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA CELIA MODOLIN LUSTOSA GOULART - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : FABIO KADI E OUTRO(S) - SP107953
ROBERTA CAPISTRANO HARAMURA - SP246528
AGRAVADO : MARINA VELLA DE OLIVEIRA BOLIVAR GROSS
ADVOGADOS : ALFREDO DOMINGUES BARBOSA MIGLIORE E OUTRO(S) - SP182107
CLÁUDIA GRUPPI COSTA - SP356156

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por EVILÁSIO LUSTOSA GOULART - ESPÓLIO em face da decisão acostada às fls. 887-888 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 828-834 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

Agravo Interno - Decisão proferida em procedimento de retificação de tira de julgamento - Indeferimento do pedido diante da ausência de provas de que a tira não represente o resultado do julgamento - Matéria não decidida no E. STJ que apenas determinou o retorno dos autos ao tribunal "adquem" com base em informação da D. Presidência da Seção de Direito Privado do TJESP - Presunção de que teria havido comprovação do erro que foi elidida na instrução - Decisão de indeferimento mantida - Recurso improvido

Opostos embargos de declaração (fls. 840-846 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 849-854 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 857-870 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 1.022, inc. I, do CPC/15, porquanto não sanada contradição apontada nos aclaratórios; e, *(ii)* artigo 3º do CPC/15, sustentando que a existência de erro na tira de julgamento estaria impedindo que a lesão ao direito do recorrente fosse analisada e resolvida pelo Judiciário.

Contrarrazões às fls. 876-885 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de omissão na decisão recorrida, a insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 891-908 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 911-923 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, deve ser afastada a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou o recorrente que o acórdão impugnado restou contraditório pois, *"embora reconhecida a existência de decisão determinando a correção de erro na tira de julgamento, contraditoriamente o v. aresto (...) manteve íntegro o v. acórdão"* (fl. 868 e-STJ).

Extraí-se da decisão ora impugnada o seguinte (fls. 832-834 e-STJ):

Não houve decisão do E. STJ quanto à matéria, como afirmado, a impedir qualquer discussão, porque o I. Relator do Agravo de Instrumento ali interposto, apenas consignou que em razão da informação prestada pelo E. Tribunal de Justiça, os autos deveriam ser devolvidos para correção do erro.

Correção, repito, de eventual erro, porque ao contrário do quanto afirmado, não houve reconhecimento da parte deste relator de que o resultado publicado não fosse exatamente aquele que consta da tira e da súmula do julgamento.

[...]

No caso sob exame, os documentos escritos obtidos, aliados à percepção de que não houve alteração da relatoria, indicam que a tira de julgamento refletiu o exato resultado, consignando-se que não houve apresentação de qualquer prova em contrário pelo agravante. [grifou-se]

Como visto, inexistente a contradição apontada pelo insurgente na decisão, uma vez que, ao contrário do que sustenta, a Corte de origem afirmou que a decisão proferida por este STJ **não** reconheceu a existência de erro, tendo apenas devolvido os autos para correção de eventual erro.

Não há que se falar, portanto, em contradição, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em

06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 1.022, inc. I, do CPC/15.

2. Ademais, no que se refere ao artigo 3º do CPC/15, observa-se que o dispositivo revolve-se de natureza eminentemente constitucional (art. 5º, inc. XXXV, da CF), ainda que reproduzida em legislação infraconstitucional, sendo inviável seu conhecimento em sede de recurso especial.

Em semelhante sentido: **AgInt no AgRg no AREsp 780.133/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 05/03/2018; **AgInt no REsp 1684121/MT**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 05/03/2018.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator